

EDUCAÇÃO NO BRASIL: DA COLÔNIA AO INÍCIO DA REPÚBLICA

EDUCATION IN BRAZIL: FROM THE COLONY TO THE INITIATION OF THE REPUBLIC

Ailton Camargos¹

RESUMO:

O presente artigo visa elucidar, através de pesquisa bibliográfica, breve análise da História da Educação do Brasil Colônia iniciando-se com a Vinda dos Jesuítas ao Brasil, perpassando o período da educação jesuítica no Brasil Colônia, apresentando as tentativas e as mudanças com Marquês de Pombal, mesmo que de maneira sucinta as mudanças com a vinda da família real as tentativas de aprimoramento da educação no período regencial assim como do período imperial, e finalizando com as mudanças provocadas no início da institucionalização da República de nosso País. Saber da história da educação do Brasil é ter uma análise de como a educação escolar brasileira vou aprimorando e ajustando ao longo da história para atender as necessidades de cada época histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Jesuítas; História; Brasil Colônia; Brasil Império; Independência; República.

ABSTRACT:

The present article aims to elucidate, through a bibliographical research, a brief analysis of the History of Education in Brazil Cologne, beginning with the Coming of the Jesuits to Brazil, passing through the period of Jesuit education in Brazil Cologne, presenting the attempts and changes with Marquês de Pombal presented even though in a succinct way the changes with the coming of the royal family the attempts to improve education in the regency period as well as the imperial period, and ending with the changes provoked at the beginning of the institutionalization of the Republic of our Country. is to have an analysis of how Brazilian school education has improved and adjusted throughout history to meet the needs of each historical epoch.

KEYWORDS: Education; Jesuits; History; Brazil Colony; Brazil Empire; Independence; Republic.

01 – INTRODUÇÃO

Este trabalho busca levantar elementos históricos da educação no Brasil, iniciando com a vinda de Pe. Manoel da Nobrega, que chegou ao Brasil com o Governador Tomé de Sousa, quando D. João III determina a vinda dos padres jesuítas, que tiveram como intuito uma educação que no seu início tem como finalidade a catequese dos índios que na época habitavam em nosso território.

¹ Mestrando em Educação pela Universidade de Uberaba, especialista em Gestão de Agronegócios pela Universidade Federal de São Carlos e em Gestão de Pessoas e Gerenciamento Empresarial pelo Centro de Ensino Superior de São Gotardo e graduado em Estudos Sociais: História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco. Professor do Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3087089850394262>.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVII Jan-jun 2018	Trabalho 07 Páginas 129-139
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

A educação é um fator social muito importante assim como também muito antigo, podemos afirmar que a educação teve seu início quando o homem passou a constituir família, e com isso a história da educação caminha norteada pela história da humanidade. A educação nativa tinha como foco o sentido informal, espontâneo e natural, ou seja, muito distinta do que entendemos hoje por educação. E também se ressalta que este modelo era permeada do espírito religioso, onde a explicação para todos os acontecimentos vividos como uma repercussão religiosa.

Também busca apresentar mesmo que de maneira sucinta as diretrizes e os Planos Educacionais brasileiro neste período histórico da educação no Brasil. Buscando perceber as suas vertentes e seus alcances e principalmente interesses e capacidades. Para Eliane Marta Teixeira: as práticas escolares repetem-se ao longo dos tempos e dos espaços, com diferenças que sugerem as “variações sobre um tema”.

Apresenta as principais reformas educacionais brasileiras dentre deste período que se inicia com a educação promovida pelos jesuítas até o período de reformas que aconteceram e estruturaram a educação no final do período imperial o que de certa forma contribuiu para o processo de independência e até da Promulgação da República de nosso país.

02 – EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL

A evolução do Ensino no Brasil tem seu início no Brasil Colônia, onde se tinha como base a mão de obra escrava, as famílias eram patriarcais e altamente aristocráticas. A educação neste período tem o papel de organização social e cultural que foi importado da metrópole Portugal. e neste período é característico a dominação europeia sobre os nativos. O ato de D. João III determina a vinda dos padres jesuítas Padre Manoel da Nobrega como superior e mais três companheiros em 1549. E fundam a primeira escola jesuíta no Brasil em 1553, o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente, que no início era um orfanato. As matérias lecionadas eram Catecismo, Leitura, Escrita e Cálculo. Material didático não existia. O que chama a atenção que a finalidade da Cia de Jesus não era o ensino primário e sim o secundário. O que elevou o colégio foi elevado a secundário em 1556, de

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVII Jan-jun 2018	Trabalho 07 Páginas 129-139
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

acordo com o plano pedagógico dos jesuítas e passa a se chamar “ Colégio de Jesus.

a economia colonial brasileira fundada na grande propriedade e não na mão-de-obra escrava teve implicações de ordem social e política bastante profundas. Ela favorece o aparecimento da unidade básica do sistema de produção, de vida social e do sistema de poder representado pela família patriarcal (ROMANELLI, 2001, p. 33).

Aqui educação era para os “desocupados” para aprimorar a inteligência. O ensino dos jesuítas era alheio a realidade da vida na colônia, a produção não exigia preparo e com isso o ensino ficava às margens, sem utilidade para a economia. A missão dos jesuítas era recrutar fieis servidores e para isso a educação dos curumins estendia aos filhos dos colonos (exceto as mulheres que estas não podiam estudar nesta época) o que garantia a evangelização destes. A educação só era praticada para homens da classe dominante e encerrava seguindo o sacerdócio ou ir para Europa complementar os estudos em Coimbra de onde voltavam literatos. A educação catequética dá lugar à educação da elite.

O plano de estudo foi elaborado de maneira diversificada com o objetivo de atender à diversidade de interesses e de capacidades começando pela aprendizagem do português, doutrina cristã, a escola se ler e escrever. A música e canto eram opcionais. O plano de educação da época conhecido como “Ratio Studiorum” de 1559, que vai vigorar de 1570 até 1759, quando os jesuítas são expulsos do país. Sequia dois modelos: o indígena que tinha como base a leitura, a escrita e as operações matemáticas e o dos filhos dos colonos que era um ensino mais culto, o que leva a perceber deste sua criação o princípio dual da educação brasileira.

De fato, os jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla ‘rede’ de escolas elementares e colégios, como o fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o *Ratio Studiorum* a sua expressão máxima. (SANGENIS, 2004, p. 93)

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVII Jan-jun 2018	Trabalho 07 Páginas 129-139
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

E ainda:

A concepção pedagógica tradicional se caracteriza por uma visão essencialista de homem, isto é, o homem é concebido como constituído por uma essência humana e imutável. À educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano. Para a vertente religiosa, tendo sido o homem feito por Deus à sua imagem e semelhança, a essência humana é considerada, pois, criação divina. Em consequência, o homem deve se empenhar para fazer por merecer a dádiva sobrenatural.

A expressão mais acabada dessa vertente é dada pela corrente do tomismo, que consiste numa articulação entre a filosofia de Aristóteles e a tradição cristã; tal trabalho de sistematização foi levado a cabo pelo filósofo e teólogo medieval Tomás de Aquino [...] E é justamente tomismo que está na base do *Ratio Sudiorum* [...] (SAVIANI, 2004, p. 127)

A educação profissional (trabalho manual) era sempre elementar, a educação feminina restringia a bias maneiras e prendas domésticas. A elite era preparada para o trabalho intelectual seguindo um modelo religioso (católico), mesmo que não se tornassem sacerdotes. Devido ao apoio do rei, a Cia de Jesus tornou-se a ordem dominantes no campo educacional e seus colégios procurados por muitos mesmo sem vocação religiosa. No plano de Nobrega também era proposto a criação de confrarias.

A sociedade é concebida como essencialmente harmoniosa, tendendo a integração de seus membros. A marginalidade é, pois, um fenômeno acidental que afeta individualmente um número maior ou menor de seus membros, o que, no entanto, constitui um desvio, uma distorção que não pode como deve ser corrigida (SAVIANI, 2003, p. 04).

03 – A EDUCAÇÃO NA ERA POMBALINA

Em 1759, o então Marques de Pombal o processo educacional proposto pelos Jesuítas foi posto em terras, pois o marques determina a expulsão dos jesuítas do território colonial, com a alegação de que estes não contribuían com o governo, pois possuíam grandes poderes econômicos e que estes deveriam ser devolvidos ao governo. A educação era religiosa e não de interesse do país. Neste período várias mudanças aconteciam provocadas pela mineração, além da decadência intelectual e institucional e principalmente o surgimento do Movimento iluminista.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVII Jan-jun 2018	Trabalho 07 Páginas 129-139
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

afirmar que foi nessa capital do espírito que o ministro português, em contato com o mundo da política e da diplomacia, bebeu os grandes princípios do Despotismo Iluminado que haveria de aplicar no seu regresso ao país. E de lá trouxe igualmente, no entender de Maria Alcina Ribeiro Correia, as ideias econômicas e culturais que serviram de trave-mestra do seu governo. (SERRÃO, 1982, p. 22)

Surge aqui um ensino público de fato que substitui o que formava indivíduos para a igreja pelo financiado pelo e para o Estado. O alvará de 28/06/1759 cria o cargo de Diretor geral dos estudos e professores passaram a prestar exames para assumiram o cargo, e que gozavam de direitos nobres e não podiam lecionar sem licença do diretor geral. Em 1759 é realizado um concurso para a cátedra de latim e oratória na Bahia e no Rio de Janeiro. E dois professores Régios portugueses foram para Pernambuco.

Agora o ensino secundário que no modelo jesuítico era forma de curso humanidade passa a ser em aulas avulsas (aulas régias). Em 1768 é criado a Real Mesas censória que tinha como finalidade cuidar dos negócios da educação. Também em 1762 uma lei cria as “Escolas Menores” com taxas locais para se sustentar. As aulas eram Régias com disciplinas isoladas. Contudo pode se afirmar que a base da educação não mudou muito. A Substituição dos educadores do sistema jesuíta durou algo em torno de 13 anos.

No século XIX, surge uma nova estratificação social mais complexa e urbana. A educação assou a ter uma status social pois a conquista de um título muitas vezes tinha como finalidade única a busca pelo status dentro da sociedade. A camada intermediária procurava a educação como meio de ascensão social. O tipo de escola era primária e média.

[...] as reformas pombalinas da instrução pública constituem expressão altamente significativa do iluminismo português. Nelas se encontra consubstanciado um programa pedagógico que, se por um lado, representa o reflexo das ideias que agitavam a mentalidade européia, por outro, traduz, nas condições da vida peninsular, motivos, preocupações e problemas tipicamente lusitanos. (CARVALHO, 1978, p. 25)

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVII Jan-jun 2018	Trabalho 07 Páginas 129-139
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

04 – A EDUCAÇÃO DO BRASIL IMPERIAL

Com a vinda da família real muitas coisas aconteceram como a criação da Imprensa Régia, o primeiro Jornal (Gazeta do Rio), a Biblioteca Pública, Jardim Botânico, a primeira revista (Ensaio Literatura) e a primeira revista carioca (Patriota). Além da abertura dos portos que abriu novas possibilidades de contatos em especial a França. Todavia, “no século XIX ainda não há propriamente o que poderia ser chamada de uma pedagogia brasileira” (ARANHA, 1996, p. 150).

No campo educacional são criados cursos por ser preciso o preparo do pessoal mais diversificado. Como exemplo para a defesa militar é a Academia Real da Marinha e Academia Real Militar, também é criada a Escola Politécnica (Hoje Escola Nacional de Engenharia) São criados também cursos de cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro.

Estes cursos representavam a inauguração de nível superior do ensino no Brasil. Com isso a estrutura de ensino imperial passa a acontecer em três níveis: O primário que continuava sendo um nível instrumentalização técnica (apenas ler e escrever); o secundário que também permanece com a organização de aulas régias. E O superior com finalidade profissionalizante.

O mesmo processo de importação das concepções liberais e positivistas é notado no projeto de lei que se fazia à revelia da realidade brasileira e das mínimas condições de implantá-las e controlar o seu cumprimento. (ARANHA, 1996, 152)

Com D. João VI nasce o ensino superior, e o processo de autonomia que levaria a independência política o que não modifica quadro educacional ao menos de imediato.

Por volta da década de 1820, inicia em nosso país em era de autonomia política, assim como uma fase de descontentamento o que provoca a Revolução Constitucionalista em 1820. Quanto a educação estava presente a ideia de um sistema nacional de educação em seu duplo aspecto: Graduação das escolas e Distribuição Racional.

Em 1824, o Brasil passa a ter sua primeira Constituição Federal que denunciava a precariedade da educação e a inexistência de recursos e baixos salários (o que provoca a miséria dos professores). A Lei de 1823 afirma a liberdade

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVII Jan-jun 2018	Trabalho 07 Páginas 129-139
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

do ensino sem restrições. A constituição de 1824 elencava o ensino primário gratuito a todos (mas não o garantiu).

Em 1827, tivemos o que se poder “afirmar” ser a primeira LDB em educação, mas especifica na data de 15/10/1827; 15 de outubro este que ficara marcado em nossa historia como sendo “Dia dos Professores” e definia dentre outras: A educação como dever do estado, Determinou as escolas de primeiras letras, define o método a ser adotado e o provimento dos professores, ordenados e capacitação. O artigo 250 “Haverá no império escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca e universidades nos mais apropriados locais”. “ Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações da aritmética, práticas de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria pratica, a gramática da língua nacional, os princípios da moral cristã e da doutrina católica, apostólica romana.

O ato adicional de 1834 “Conferiu às Províncias o direito de legislar sobre a instrução publica e o estabelecimento próprios e promovê-las”. O ensino secundário não prepara candidatos para o superior e os candidatos eram examinados nos cursos. A maioria dos colégios secundários estava nas mãos de particulares, o que acentuou o caráter classista e acadêmico do ensino, ou seja, só para quem podia pagar.

O período de 1850 a 1870, no Brasil, é marcado pela decadência da mineração, varias rebeliões regionais e a introdução da cultura cafeeira no país. A educação entrou numa época fértil de realizações enumeradas abaixo:

- Criação da Inspetoria Geral de instrução primária e secundária, para fiscalizar e orientar o ensino público e particular;
- Estabelecimentos de normas para a execução da liberdade de ensino em 1859;
- Um sistema de preparação do professor primário em 1854;
- Reformulação do estatuto do Colégio Preparatório 1854;
- Reformulação das Escolas de Belas Artes em 1855 e
- Reorganização do Conservatório de Música.

Os cursos superiores continuavam isolados e com preocupações estritamente profissionalizantes. Faltava instituição que dedicassem à pesquisa científica e aos estudos mesmo que metódico. A instrução secundária se

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVII Jan-jun 2018	Trabalho 07 Páginas 129-139
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

caracterizou por ser predominantemente para alunos do sexo masculino. No Brasil não se efetivou a distribuição racional de escolas pelo território nacional por que a grande seleção continuava.

Em 1854, foi reformada a instrução pública na Côrte, sendo estabelecidas condições para o magistério particular, que passou a ser fiscalizado pelo governo.

Em 1859, o Colégio Pedro II confere certificado quem não quisesse continuar os estudos. O ensino secundário não conseguia conciliar o preparo par ao curso superior. Somente 250 mil alunos estavam estudando para uma população de 14 milhões.

São realizadas várias reformas no modelo de educação brasileira dentre elas: Reforma Couto Ferraz de 1854, a Reforma de Leôncio Carvalho de 1879 3 o Parecer de Rui Barbosa de 1882.

No período de 1870 até a Proclamação da República, a organização escolar era criticada por suas deficiências detectadas na reforma. O que levou um grupo de educadores a defender o modelo universitário alemão que propunha como forma de superar o tradicional.

Em 1879, verificou-se outra reforma de ensino, Reforma Leôncio de Carvalho, que visava, sobretudo, a conceder uma maior liberdade à iniciativa particular no domínio da educação, para que, por esse meio, se incrementasse a abertura das escolas, que viessem remediar a situação de verdadeiro descalabro do ensino, naquela época, quando as estatísticas revelaram não ser superior a 2 % da população do país o numero se crianças matriculadas na escola. (Bello, 1965, p. 220).

Em 1874, é realizada a primeira tentativa de controle do Estado sobre a escola pública e privada. E em 19/04/1879 é decretada a Reforma Leôncio Carvalho e defendia dentre outras:

- A liberdade de ensino;
- Magistério é cargo público e administrativo e
- A liberdade de frequência.

No artigo rezava o decreto de reforma: “É completamente livre o ensino primário e secundário no município da corte, e o superior em todo o império, salvo a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene”.

Além disso, estabelecia:

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVII Jan-jun 2018	Trabalho 07 Páginas 129-139
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

A obrigatoriedade do ensino primário para toda criança entre 7 e 14 anos; regulava o currículo da escola primária de 1º e 2º graus, de 6 e 2 anos respectivamente”, determinava que o governo subvencionaria o ensino particular e criaria escolas normais na Corte e nas províncias, como também escolas profissionalizantes, organizava o plano de estudo das escolas normais, criava normas para os exames vestibulares ao curso superior, estabelecendo que as comissões julgadoras deveria, sempre que possível, para participar do magistério oficial, sendo estes exames fiscalizados pelo governo.

Os alunos secundários estudavam com os que entendessem e quando não tinham afazeres como, por exemplo, trabalhar no período da colheita de café. A escola cabia somente ser severa nos exames aos alunos.

Acontecia assim, pois, no Brasil a mão de obra era escrava. A vida urbana era rarefeita e em constituição, as escolas de primeiras letras (ler e escrever e contar), escolas isoladas. A agricultura era de subsistência e vivenciava o ciclo do café e da borracha. O analfabetismo atingia a 80% da população.

Várias foram as mudanças ao longo deste período histórico da educação no Brasil.

06 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode se concluir com este estudo que a estruturação do processo de ensino aprendizagem no Brasil que a educação no Brasil teve seu início no ano de 1549 com a vinda dos jesuítas que fundaram Colégios e criaram o primeiro método de ensino o *Ratio Studiorum* que rege a educação no território até 1759 quando os jesuítas são expulsos do país.

Durante o período de reinado tivemos mudanças significativas principalmente a partir da chegada da família real. Aconteceu promulgação da primeira orgânica do ensino, a instalação de cursos jurídicos, no período regencial e ensino foi descentralizado, o que não trouxe nenhum benefício. Em 1837 acontece a oficialização do ensino secundário com a criação do Colégio Pedro II.

No final do período imperial várias mudanças e tentativas de mudanças diante das reformas apresentadas e uma profunda estruturação da educação principalmente com a reforma de Leôncio de Carvalho.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVII Jan-jun 2018	Trabalho 07 Páginas 129-139
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

07 – REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. P. de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. 2. ed. São Paulo: EDUC/INEP/MEC, 2000.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BELLO, Ruy de Ayres. *Pequena História da Educação*. 4 ed. São Paulo: do Brasil: 1965.

BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr., Amarílio. Educação jesuítica no Brasil Colonial. *Série Estudos*, Campo Grande, n. 12, p. 135-143, jul.-dez., 2001. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/579/468>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr., Amarílio. Infância, catequese e aculturação no Brasil do século 16. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 199, p. 452-463, set./dez. 2000. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/960/934>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

COMPANHIA DE JESUS. Ratio Studiorum. In: Leonel Franca. *O método pedagógico dos jesuítas*. São Paulo: Agir, 1952.

FERREIRA Jr. Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n. 196, p. 472-482, set.-dez. 1999. Disponível em: rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/986/960. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. v. 1, 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DPG&a, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVII Jan-jun 2018	Trabalho 07 Páginas 129-139
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

SAVIANI, Dermeval. *Educação Brasileira: Estrutura e Sistema*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1975.

SAVIANI, Dermeval. *Política e Educação no Brasil: o Papel do Congresso Nacional na Legislação do Ensino*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987. 159 p. (Coleção Educação Contemporânea)

SERRÃO, J. V. *História de Portugal: o despotismo iluminado (1750-1807)*. v. 6, Lisboa: Editorial Verbo, 1982.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVII Jan-jun 2018	Trabalho 07 Páginas 129-139
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	